

Qual Plano de Reparação Queremos?

Regiões 4 e 5

Carta das Comunidades Atingidas das Regiões 4 e 5 sobre o Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba e região da Represa de Três Marias (PRSABP ou Plano Arcadis)

Dezembro de 2022

Às Instituições de Justiça

Nós, pessoas atingidas dos municípios e comunidades do baixo rio Paraopeba, denominada região 4, e municípios banhados pela represa de Três Marias e rio São Francisco, denominada região 5, viemos por meio desta carta reivindicar nossa participação no Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba (PRSABP) elaborado pela empresa Arcadis.

Mesmo sendo pessoas diversas, em uma coisa somos unânimes: nossa relação com o rio Paraopeba e com a represa Três Marias foi negativamente transformada após o rompimento da barragem da Vale S/A. É com muita preocupação e indignação que relatamos abaixo essas mudanças.

O rio está mais raso, e vemos que em alguns pontos seu desenho também mudou. As margens e o leito do rio estão cheias de minério e areia, está tudo imundo e assoreado. Nossas comunidades



existem e se mantêm porque as águas sempre estiveram conosco. Essa insegurança afeta nosso modo de vida e também nossa economia, afastando sitiantes, turistas e pescadores, que antes eram frequentes.

Estamos preocupadas/os com o desaparecimento de diversos animais e plantas, que vem ocorrendo bastante desde que a barragem se rompeu. Algumas espécies de peixes são a cada dia menos avistadas e outras simplesmente não vemos mais por aqui. Cada vez tem menos dourados, pacamãs, piranhas, sarapós e tantos outros que eram bem comuns. Também sumiram diversas aves e pássaros da região. Algumas plantas também não brotam mais à beira d'água, e já fazem falta os pés de araçás, e muitas ervas medicinais do Cerrado estão morrendo.

Entendemos como urgente a realização de projetos de limpeza e revitalização do rio Paraopeba. Notamos que a água não apresenta o mesmo aspecto de antes do rompimento, e às vezes tem cheiro forte. Precisamos do nosso rio, da nossa represa e de nossos poços e cisternas limpos. Para isso, solicitamos que haja um programa de monitoramento contínuo e que o acesso aos resultados seja público e fácil de entender para não correremos mais riscos.

Queremos conhecer e participar das ações de reparação. Queremos saber das mudas e dos alevinos que podem ser distribuídos através de programas de reflorestamento e repovoamento. Queremos também, que seja privilegiada a mão-de-obra local nos projetos de plantio e de reflorestamento.

Ao longo dos últimos anos, muitos animais morreram ou tiveram abortos sem que as pessoas soubessem a causa da morte. Inclusi-

ve, diversos atores, incluindo empresas que prestam serviços para a Vale S/A, recolheram carcaças de animais para realizar exame sobre a causa da morte. No entanto, até o momento, não recebemos os resultados desses exames. Queremos ter acesso a esses resultados, pois essa medida é absolutamente necessária devido à insegurança que temos em utilizar a água para dar de beber ao gado, e ao medo que temos de consumir os produtos à base de leite do gado. Além disso, não existe água em quantidade e qualidade para o consumo humano e para outras atividades. A água fornecida em caráter emergencial é insuficiente, distribuída de maneira desigual, de qualidade duvidosa, e não contempla a região 5. Estamos com insegurança hídrica.

Se por um lado vimos o desaparecimento de muitas espécies de plantas e peixes, a morte de crustáceos, moluscos com conchas, cágados, jabutis e tartarugas, restando carcaças à beira dos cursos d'água. Por outro lado, desde que a barragem da Vale S/A se rompeu, animais que nem conhecíamos aumentaram e passaram a compor a paisagem, tais como: caranguejos vermelhos e caramujos africanos, espécies exóticas que nos mostram como o meio ambiente está desequilibrado.

O turismo foi uma das áreas mais prejudicadas nas nossas regiões, impactando também o comércio local. Não conseguimos vender sem as visitas de pessoas de fora. Precisamos de medidas e projetos que incentivem o turismo ecológico e os esportes ao ar livre. Vemos que este é um caminho interessante de fomento à economia local de base familiar para reparar as perdas econômicas do turismo e promover o desenvolvimento econômico sustentável.

Os conselhos e as associações de turismo locais na nossa região têm deixado de existir por falta de interesse do poder público e de

fomento. Tais entidades faziam levantamentos para fomentar o turismo comunitário e ecológico, e também atuavam para qualificar a mão de obra e incentivar o empreendedorismo.

Desequilibrada está também a nossa saúde. Vimos surgir coceiras e alergias que geram feridas em carne viva, infecções em nossos estômagos e rins. Além de nossa saúde mental abalada, seja pela ansiedade das incertezas, seja pela depressão que acompanha o cansaço e a descrença na reparação, ou devido à falta de alimentação adequada, entre outras causas. São inúmeros suicídios acontecendo em toda bacia. Esses adoecimentos em nossas comunidades dificultam a nossa participação informada. Não temos assistência à saúde e à previdência social adequadas, e os investimentos em saúde da Vale S/A são só em Brumadinho, e o resto da bacia segue na lama.

A insegurança hídrica e alimentar é uma realidade desde o rompimento. Hoje temos medo de comer até os ovos das galinhas e os peixes que antes eram sinônimo de saúde. Também não utilizamos as mais diversas plantas medicinais que antes utilizávamos.

A fome chegou nas nossas comunidades! E quando temos o alimento, não temos certeza se teremos no outro dia. Produzíamos frutas e hortaliças em nossos quintais. Após o rompimento, não estamos mais conseguindo produzir nosso próprio alimento, pois falta água, e assim os alimentos estão nascendo com má qualidade, apodrecendo, ou não crescem adequadamente.

Um dos pilares do PRSABP refere-se à Gestão Adaptativa. Mas atualmente as discussões sobre a elaboração do Plano são realizadas entre as empresas e instituições públicas, sem a presença de qualquer pessoa atingida. Não fomos ouvidas/os sobre quais são os da-

nos socioambientais que sofremos, nem mesmo informadas/os sobre quais danos foram identificados em nossas regiões. Também não há clareza do que esperar das ações de reparação concretas para nossas regiões e comunidades. Falta diálogo, falta o cara-a-cara e falta consideração. Exigimos respeito, transparência, explicações e respostas.

A quem mais deve interessar que a reparação seja alcançada do que nós, pessoas atingidas? O sofrimento que começamos a sentir e se prolonga até hoje deve servir de baliza para ações de reparação. É desse princípio que deriva a necessidade e o direito de participação informada no planejamento, execução e avaliação do PRSABP.

A ausência de canais de comunicação acessíveis, de disponibilização do conteúdo integral e simplificado do plano, e a falta de identificação explícita da empresa executora e dos seus funcionários tem se tornado obstáculos para entender quais ações têm sido realizadas nas regiões 4 e 5. É recorrente a situação em que recebemos informações esparsas e desconectadas, e isto têm provocado dúvidas e impossibilidade de acompanhamento do plano.

Nessa carta reivindicamos nosso direito de participação, reivindicamos nosso direito de nos posicionarmos e garantirmos que o PRSABP não seja apenas o plano da Vale S/A, do Estado de Minas Gerais e das Instituições de Justiça, mas que seja, acima de tudo, **o Plano de Reparação que queremos.**

Diante do exposto, listamos abaixo nossas principais reivindicações, questionamentos e posicionamentos referentes ao Plano de Reparação Socioambiental:

1. Direito à Participação e à Informação no Plano de Reparação Socioambiental

1.1. Direito à participação integral e efetiva no PRSABP, desde a sua elaboração até a sua execução. Queremos que a empresa Arcadis e seus/ suas técnicos/as se apresentem formalmente às comunidades atingidas, e que forneçam materiais explicativos sobre as atividades que desenvolvem nos territórios;

1.2. Realização de reuniões periódicas entre a AECOM, empresas envolvidas e as pessoas atingidas, incluindo as lideranças comunitárias escolhidas, sobre o andamento da execução do PRSABP e sobre as atividades da Arcadis;

1.3. Elaboração, pela Arcadis, de relatório simplificado, resumido, em linguagem acessível às pessoas atingidas sobre o PRSABP e o andamento das ações de reparação previstas, tendo em vista o enorme tamanho e a linguagem excessivamente técnica do plano atual e de seus capítulos. Que esse documento seja disponibilizado não apenas online, mas que também seja impresso e disponibilizado em locais de grande circulação, como os comércios das comunidades ou órgãos públicos. Além disso, que o plano e suas ações sejam divulgadas nos meios de comunicação com abrangência estadual e municipal, como rádio, TV e na Internet.

1.4. Inclusão de todos os laudos feitos pelas diversas instituições a pedido da Vale S/A desde 2019. Além disso, queremos que estes laudos sejam facilmente disponibilizados para as pessoas atingidas (não apenas de forma online, mas também impresso, e disponibilizados em outros locais como nos comércios e órgãos públicos).

1.5. Queremos a continuação dos estudos realizados pela ATI ou contratação de empresas de nossa escolha para coletas ambientais e demais estudos em que se baseia o PRSABP, no intuito de contrapor os laudos das empresas contratadas pela Arcadis ou pela Vale S/A.

1.6. Queremos que seja estabelecido um canal permanente de comunicação de denúncias e de outras demandas urgentes relativas aos conflitos socioambientais gerados em decorrência das próprias obras de reparação. Essa medida dará celeridade em notificar as autoridades competentes os eventuais conflitos que surjam ao longo da execução do PRSABP, e também aproximará os órgãos dos moradores para resoluções imediatas.

1.7. Solicitamos acesso imediato ao cronograma atual do PRSABP elaborado pela empresa Arcadis, e que seja informada a data prevista para a conclusão do PRSABP. Exigimos celeridade e previsibilidade em todo o processo de reparação socioambiental.

2. Abrangência Geográfica do Plano de Reparação

2.1. Reivindicamos a inclusão de todas as comunidades consideradas atingidas descritas no acordo de 2021 no PRSABP, especialmente a região 5, contemplando as comunidades do entorno da represa de Três Marias e as comunidades ribeirinhas do São Francisco. Nosso argumento é que, **onde nada foi investigado, nada aparece e nada podemos esperar que seja feito para a reparação integral do meio ambiente.**

2.2. Após a revisão dos estudos e com a inclusão solicitada no item 2.1, delimitar adequadamente e explicar de maneira clara a delimitação das áreas impactadas para cada um dos impactos previstos na matriz de impactos do Plano de Reparação, com a justificativa de por que alguns municípios das regiões 4 e 5 estão sendo deixados de fora de alguns dos principais programas;

3. As águas e margens do rio Paraopeba e da represa de Três Marias

3.1. Queremos maiores esclarecimentos sobre os projetos que serão realizados para a limpeza e revitalização do rio, das represas e de suas margens, inclusive para a remoção de rejeitos, sedimentos contaminados e outros resíduos. Solicitamos que seja elaborado um Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos para evitar que os mesmos sejam lançados diretamente nos cursos d'água;

3.2. Também exigimos esclarecimentos sobre o motivo de cercamentos impedindo o acesso ao longo do rio Paraopeba e do riacho do Paraíso. Queremos saber ainda, até onde a água está imprópria para o consumo e por quanto tempo serão mantidas essas cercas.

3.3. Que as empresas, ou que o Estado de Minas Gerais, informe, regularmente, às comunidades atingidas sobre a qualidade das águas superficiais e subterrâneas e que forneça periodicamente boletins informativos em linguagem clara e acessível, durante toda a execução do PRSABP.

3.4. Queremos saber o que vai ser feito nas regiões 4 e 5 para reparar o assoreamento do rio pela lama, uma vez que percebemos que o rompimento e as chuvas alterou a profundidade em diversos trechos do Paraopeba, bem como houve o desmoronamento de barrancos nas margens, que também contribuiu para o assoreamento da calha do rio.

3.5. Queremos que sejam promovidas campanhas de conscientização e de prevenção, para garantir a continuidade da revitalização das margens do Paraopeba a longo prazo, podendo envolver, dentre outras questões: a destinação de verbas para cursos de educação ambiental, o estabelecimento de lixeiras de reciclagem nas principais áreas de lazer e a afixação de placas de sinalização ao longo de todo o Paraopeba e da represa de Três Marias sobre questões como: a proibição de descarte de lixo, prevenção de incêndios florestais, áreas de preservação permanente etc.

4. Peixes, plantas e outros animais e o surgimento de espécies exóticas

4.1. Realização de inventários de espécies nativas da fauna e flora para subsidiar a efetiva proteção e recuperação da mata nativa que margeia os rios;

4.2. Elaboração de um programa específico para a recuperação da fauna e flora que desapareceu, escutando os relatos prévios das próprias comunidades sobre quais espécies devem ser privilegiadas para reposição, em especial de: dou-

rado, pacamã, piranha, curimatã, matrinxã, surubim, piau verdadeiro, além de sarapó, cágados, tartarugas, moluscos fluviais nativos, araçás, erva-cidreira-do-mato, dentre outras;

4.3. Queremos que seja feito um programa específico para o reflorestamento das árvores frondosas localizadas nas margens do rio ou em ilhas fluviais, muitas das quais morreram após o rompimento;

4.4. Que seja feito um plantio específico de plantas e ervas medicinais (como chás), e de plantas importantes para as práticas religiosas tradicionais, após consulta prévia às comunidades;

4.5. Garantia de acesso a todos os resultados dos diversos exames realizados na fauna doméstica e selvagem, que até hoje não foram entregues às comunidades onde as amostras foram coletadas;

4.6. Que sejam feitos informes regulares (ao menos mensais) sobre a qualidade do peixe em todas as regiões;

4.7. Realização de estudo específico sobre o aumento de espécies exóticas (em especial caranguejo vermelho, caramujo africano dentre outros) e seus efeitos sobre a fauna nativa a fim de subsidiar ações de prevenção de introdução de espécies exóticas.

5. Socioeconomia: Turismo, Pesca e Saúde

5.1. Elaboração de Plano de Fomento ao Turismo Ecológico e de Base Comunitária para reconstruir e reformular o nosso turismo, conscientizar os nossos visitantes, inibir o turismo predatório na região. Que sejam direcionadas verbas de apoio e promoção do turismo ecológico comunitário às associações de turismo locais;

5.2. Garantia de apoio técnico para a busca de caminhos alternativos para o futuro das famílias dos pescadores artesanais e dos pequenos agricultores, tal como medidas para a reprodução em cativeiro e soltura de peixes e alevinos para a recuperação da população de peixes nativos, em parceria com colônias de pescadores e de trabalhadores rurais locais, a fim de gerar renda para os pescadores que perderam suas atividades com o rompimento;

5.3. A construção de espaços de ensino-aprendizagem de uso compartilhado para atividades de lazer ecológico na beira do rio e da represa, e também nas comunidades para uso da população local e também para atividades de turismo, em especial para as crianças;

5.4. Elaboração de um plano de saneamento básico, que inclua manejo do lixo nas comunidades, dos efluentes e programa de coleta seletiva e reciclagem, principalmente nas margens do rio e da represa;

5.5. Elaboração de um plano de educação ambiental, que sensibilize o/a turista para a conservação do rio, da represa e de todo meio ambiente;

5.6. O plantio de árvores nativas frutíferas e de sombra nas margens do rio e da represa (e que suportem a água da época das cheias), a fim de servirem para atividades de lazer;

5.7. Elaboração de plano de ações para fomento de esportes náuticos, como a vela e a canoagem, ou de quaisquer outros esportes praticados ao ar livre e na natureza;

5.8. Realização de estudos que avaliem os efeitos do rompimento na saúde da população atingida a longo prazo, e que sejam alocadas verbas nos serviços de saúde locais para: **a)** o fortalecimento dos serviços de saúde, com atendimentos em nossas comunidades; **b)** facilitar nosso acesso aos serviços das sedes dos municípios, **c)** instruir os profissionais de saúde sobre os riscos e consequências do rompimento para a saúde humana, para que os diagnósticos e tratamentos sejam adequados e **d)** contratar profissionais especializados na prevenção e tratamento de doenças relacionadas com a contaminação pelos rejeitos.

6. Apoio a propostas e projetos socioambientais comunitários já existentes no território

6.1. Queremos que todas as obras e projetos de reparação propostos pela Arcadis utilizem, sempre que possível, da mão-de-obra local, para gerar oportunidades de trabalho. É importante que os projetos prevejam capacitar e contratar jovens da região para que eles possam aprender e entender melhor os impactos socioambientais causados e gerar renda para combater a saída da juventude do nosso território.

6.2. Queremos também, que as obras e projetos do PRSABP sejam feitas em conjunto e apoiando os projetos ambientais

que já existem em nossas comunidades. Existem várias iniciativas preciosas na nossa região, muitas vezes financiadas pela comunidade e organizadas coletivamente por voluntários, como os mutirões de limpeza do rio, reciclagem ou projetos de plantio de mudas nativas.

6.3. Queremos que sejam fortalecidos projetos de agroecologia (produções locais, captação de recursos, escoamento de produção, assistência técnica rural etc.).

6.4. Queremos o incentivo e instalação de tecnologias de captação e coleta de água da chuva e/ou reaproveitamento de água para diferentes usos, assim como projeto de energia solar para nossas comunidades sem custo para as pessoas atingidas por no mínimo 20 anos.

6.5. É importante que seja estabelecido um mecanismo de consulta às comunidades atingidas para que possamos nos manifestar sobre quais projetos ambientais já existem no território e que poderiam ser fortalecidos para fins da reparação ambiental da bacia. Como exemplo, apresentamos em anexo uma lista de algumas iniciativas que desejamos que sejam incluídas em futuras parcerias para a recuperação ambiental.

7. Conclusão

Diante da situação e requerimentos apresentados até o momento, fica evidente a necessidade de um maior conhecimento sobre as atividades do Plano de Reparação previstas nas regiões 4 e 5, e de nossa participação consciente e franca na definição dos rumos e acompanhamento dos resultados frente a previsão de longo tempo que teremos de conviver com os efeitos do rompimento e da atuação da Arcadis nos nossos territórios.

Essa demanda ganha relevância ante a incerteza do tempo de duração da assessoria técnica e se teremos apoio durante todo período de atuação da executora do Plano de Reparação. Todas essas questões colocam no centro do debate a necessidade de nos prepararmos para o acompanhamento constante do plano, considerando as realidades locais, as adequações às demandas comunitárias e o atendimento da meta de reparação ao estado natural e social mais próximo da realidade anterior ao rompimento.

Na certeza de que poderemos ter um diálogo produtivo e encaminhativo em prol do bem estar das pessoas atingidas, solicitamos que esta carta seja respondida, pois este é um passo importante para garantir que a reparação socioambiental seja justa e integral. Reiteramos também nossa disposição em contribuir para a construção conjunta do Plano de Reparação para efetivação da não repetição de rompimentos e de suas consequências negativas para as pessoas e comunidades.

Atenciosamente

Anexo

Lista de Iniciativas de Reparação Ambiental Existentes no Território

- a. “Campanha Sub Lixo Zero” - Mutirão dos mergulhadores no rio São Francisco (no bairro Beira Rio, São Gonçalo do Abaeté), que tem promovido a revitalização do rio por meio da retirada de lixo com o apoio de voluntários locais;
- b. Projeto de Plantio de Árvores do Cerrado (realizado em São Geraldo do Salto, em Felixlândia), que tem como objetivo promover o reflorestamento com espécies nativas;
- c. A soltura de alevinos de peixes nativos (projeto da Codevasf em parceria com outros órgãos de pesquisa), para repovoar os tributários da represa de Três Marias com peixes saudáveis e nativos;
- d. Projeto Versol em Três Marias, que realizava aulas de educação ambiental e visitas às unidades de conservação locais (Estação Ecológica de Pirapitinga, Morada Nova de Minas);
- e. Associação de Novidades Jovens Turísticas de Três Marias - “Anjotur”, que fomenta o turismo comunitário, esportivo e ecológico, com foco na juventude local;
- f. Produção associada ao turismo de base comunitária (Ex. Barracas de Produtos do Cerrado em Angueretá e na BR 040);
- g. Projeto de Canoagem para alunos e turistas em Três Marias, que realiza aulas gratuitas, combinando o esporte com a conscientização ambiental.

